



Na trilha da identidade cultural: apontamentos teórico-metodológicos em pesquisa de políticas públicas culturais e educacionais

**Cecília Pescatore Alves¹
Régis de Toledo Souza²
André Luiz da Silva³
Carlos Alberto Máximo Pimenta⁴**

Resumo

O presente artigo, ao considerar o sujeito a partir de uma perspectiva cidadã, debate pressupostos teórico-metodológicos que sustentem políticas públicas culturais e educacionais e que atentem para os olhares e as experiências dos sujeitos como elementos fundamentais da ação pública. Tomam-se, como referência concreta de reflexão, cidades localizadas no vale do Paraíba paulista que podem ser comparadas a outros municípios de regiões brasileiras em processo de desenvolvimento. A análise contempla a formação histórica de políticas de identidade que se produzem tendo a identidade cultural como referência, ou seja, selecionam-se elementos histórico-culturais diacríticos como forma de atualização identitária. As considerações sobre a relação entre os conceitos de concessão-conquista e demanda-outorgamento são elementos centrais do trabalho. Nessa perspectiva

Recebimento: 27/08/2007 • Aceite: 19/10/2007

¹ Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP; professora de Psicologia Social na UNITAU; pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporânea. Av. Pompéia, nº 227, Apto. 84. São Paulo/SP. CEP 05013-000. E-mail: cpescatore@uol.com.br.

² Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP; professor de Psicologia Social na UNITAU; pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporânea.

³ Doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP; professor de Sociologia na UNITAU; pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporânea.

⁴ Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP; professor de Sociologia na UNITAU; pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporânea.

teórica, a metodologia de pesquisa participante do tipo pesquisa-ação norteou a proposta, na medida em que possibilita, por meio da realização de grupos de reflexão com a população envolvida, a implantação de políticas públicas culturais e educacionais que promovam o protagonismo social e a cidadania.

Palavras-chave: Cultura, Educação, Políticas Públicas, Demanda-outorgamento, Pesquisa-ação.

On the path of the cultural identity: Theoretical and methodological notes on the research of cultural and educational public policies

Abstract

The present article discusses a theoretical and methodological assumption that supports cultural and educational public policies that attempts to understand the experiences of the citizens as a basic element of the public action. We take as a reference for reflection, a few cities located at the Paraíba valley in São Paulo State that can be compared to other Brazilian cities of regions in process of development. The analysis is accomplished by means of the historical formation of policies of identity that are produced having the cultural identity as a reference, that is, by the choice of historical and cultural metrics to update the concept of identity. The assumptions on the relation between the grant-conquest concepts and demand-entitlement are central elements to this work. In this theoretical perspective, the methodology of participative research of the type research-action guided the proposal in such a way that it makes possible, by means of the work of groups of discussion assembled with the involved population, the establishment of cultural and educational public policies that promote the social engagement and the citizenship.

Keywords: culture, education, public policies, grant-conquest, demand-entitlement.

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar um debate sobre pressupostos teórico-metodológicos que sustentem políticas públicas culturais e educacionais que considerem o sujeito a partir de uma perspectiva cidadã. Neste sentido, pretende-se adensar a constituição de um campo de análise e de metodologia de intervenção que atente para os olhares e as experiências dos sujeitos como elementos fundamentais da ação pública.

Tomam-se como referência concreta, para esta reflexão, cidades localizadas no vale do Paraíba paulista que podem ser comparadas a outros municípios de regiões brasileiras em processo de desenvolvimento. Os municípios dessa região se caracterizam como um dos núcleos de produção da chamada cultura caipira.

A idéia de produção é apropriada das reflexões de Michel de Certeau (1994) sobre o conceito de produção do consumo⁵. A proposta é analisar essa questão por meio da constituição histórica de políticas de identidade que se produzem tendo a tradição como referência, ou seja, pelas estratégias da população na seleção de elementos histórico-culturais diacríticos como forma de atualização identitária. A idéia aqui desenvolvida segue as sugestões elaboradas por Manuela Carneiro da Cunha (1987), a respeito das análises da identidade étnica do grupo de ex-escravos brasileiros que voltaram ao continente africano. Na ocasião, a autora demonstrou como a nova identidade assumida por aquele grupo dizia respeito às questões contemporâneas, do aqui e agora, e não a uma pretensa referência a uma essência que se encontrava no passado do grupo⁶.

As questões de produção de cultura e de atualização identitária apresentam problemas que aparentemente estão separados, mas que explicitam a contradição no processo histórico da sociedade. Ao considerar o reconhecimento da formação histórica de determinados grupos e regiões, tem-se a possibilidade de pensar políticas públicas que proponham ações de superação de questões objetivas da realidade vivida na região. Esse entendimento sugere a relação entre dois eixos:

⁵ Para o autor, “[...] a uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar como produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem economicamente diferente” (CERTEAU, 1994, p. 39).

⁶ A referência teórica da autora é o livro sobre identidade étnica, de F. Barth (1969).

a identidade cultural (HALL, 1997; AGIER, 2001)⁷ – que se constitui no modo como os indivíduos atribuem significado às suas realidades simbólicas e/ou concretas, pautadas por questões da vida cotidiana (HELLER, 2000); as políticas de identidade (ALVES, 1997 e CIAMPA, 2002) –, entendidas, neste texto, como as estratégias de grupos hegemônicos, tradicionais ou emergentes; e, instâncias públicas ou privadas, na proposição de ações que objetivem atuar como mediadoras na formação identitária dos indivíduos.

Este artigo se caracteriza como um debate metodológico a partir do entendimento das condições atuais da região em referência e a sua relação com os determinantes históricos ali presentes. Faz-se necessário destacar, com base em Horkheimer e Adorno (1985), que, dada a movimentação da realidade social, o momento de análise de um determinado contexto permite entender a constituição histórica, mas não definir arbitrariamente possíveis intervenções.

Na tentativa de contribuir com o desenvolvimento de um campo de análise e de metodologia de intervenção que considere as percepções e experiências dos sujeitos como elementos da ação pública, apresentaremos inicialmente uma discussão sobre a constituição histórica da cultura caipira. Na seqüência, consideraremos a reflexão de Pastorini (1997) sobre as relações entre os conceitos concessão-conquista e demanda-outorgamento, como elemento central dos debates sobre a questão social e, conseqüentemente, das políticas públicas. Norteadando o debate para as relações entre políticas de identidade e identidade cultural, propomos a metodologia de investigação “pesquisa participante do tipo pesquisa-ação”, porque possibilita contemplar a diversidade cultural da população a ser pesquisada e sua participação na caracterização de demandas e outorgamentos.

Coisas do Vale: especificidades regionais

O Vale do Paraíba paulista localiza-se na região nordeste do Estado de São Paulo, entre a região metropolitana da capital estadual, o sul do Estado do Rio de Janeiro e o sudoeste do Estado de Minas Gerais. Abrange uma área pouco superior a dezesseis mil km², com uma população estimada em mais de dois milhões e duzentos mil

⁷ Apesar de suas especificidades, engloba-se a noção de identidade cultural, o conceito de identidade étnica (CUNHA, 1987), pois, para o caso considerado, reconhecem-se aproximações entre a formação do grupo cultural e as etnias, no sentido clássico do termo.

habitantes, para o ano de 2005 (IBGE, 2006), divididos entre trinta e nove municípios (hoje, cinco deles possuem mais de cem mil habitantes). A industrialização da região inaugura uma relação de tipo capitalista-monopolista que passou a organizar a distribuição de investimentos industriais e de riqueza segundo a relação centro-periferia, materializando localmente a estrutura de organização econômica mundial (cf. ARRIGHI, 1997).

Essa estrutura direciona a maior parte dos investimentos econômicos destinados à região para a cidade de São José dos Campos, pólo industrial diversificado⁸. A outra parte é dividida entre as outras quatro maiores cidades da região (Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Guaratinguetá). O restante é destinado para as demais cidades, e os investimentos industriais nos menores municípios são praticamente nulos. Esse processo universal de monopolização capitalista acaba organizando também a lógica das questões culturais. Conhecendo o levantamento de equipamentos culturais realizados pela Fundação SEADE no Estado de São Paulo, podemos ter uma noção do que acontece no caso específico da fruição da cultura:

[...] essa variável (centralidade) é tão maior no processo de decisão locacional de um equipamento cultural quanto maior for sua focalização no *mercado cultural*, ou quanto menor for a preocupação em atender efetivamente à população (de baixa renda, principalmente). [...] A conclusão é que há uma forte seletividade na localização dos equipamentos culturais e, em que pese o importante papel desempenhado pelo poder público [municipal em especial] como o principal mecenas no Estado, as camadas de mais baixa renda estão mais expostas às pressões exógenas exercidas pela mídia, tanto regionalmente (nos pequenos municípios), quanto no interior do tecido urbano (periferia) (CAIADO, 2001, p. 65).

O contexto histórico-cultural e a dinâmica socioeconômica estão diretamente relacionados à singular formação social da região do vale do Paraíba paulista. Por ser uma das primeiras regiões da Capitania de São Vicente a ser povoada, o vale do Paraíba segue o mesmo processo

⁸ Seu parque industrial abrange empresas do setor automobilístico, eletro-eletrônico, petroquímico e aeroespacial (cf. RODRIGUES; SANTOS; OLIVEIRA, 1992). Sobre as etapas de desenvolvimento da região do vale do Paraíba e sua organização social, consultem-se Ricci (2002), Costa (2005) e Lopes (2006).

de ocupação colonial verificado no planalto de Piratininga⁹. Devido às características particulares dessa Capitania, amplamente discutidas pela historiografia¹⁰, aqui o elemento português se mestiçou ao indígena (às mulheres indígenas, mais especificamente), dando origem aos chamados mamelucos (também denominados caboclos), portadores de um modo de vida identificado, posteriormente, com a cultura caipira. Forma-se no vale do Paraíba uma cultura muito próxima, portanto, à produzida na vila do planalto Piratininga (São Paulo), em fins do século XVI e no XVII. No entanto, o que hoje se identifica como cultura caipira, na região do vale do Paraíba paulista, tem muito da cultura produzida nas fazendas de café do século XIX, onde traços culturais africanos foram incorporados e/ou reelaborados.

Mais tarde, o processo de modernização pelo qual o Estado (em especial sua capital) e a região passaram, culturalmente, significou a negação do caipira como o atrasado e o indolente. No vale do Paraíba, a partir do século XX, o crescente desenvolvimento tecnológico, a urbanização (um dos vértices do ideal de modernidade) e a ruptura com o padrão tradicional de sociabilidade (provocada, entre outros fatores, pela alteração da idéia de entretenimento, o que transformou a lógica das manifestações culturais tradicionais da região) converteram as manifestações culturais tradicionais em exotismos: “[...] espetáculos e apresentações destacadas de sua estrutura cotidiana [...] e esvaziadas da presença de atores tradicionais locais” (LOPES, 2006, p. 216)¹¹.

De qualquer forma, as manifestações tradicionais do vale exaltam a cultura caipira e o sistema de valores (reais ou imaginados)

⁹ Isto é, a formação de aldeamentos jesuíticos para a catequização dos indígenas e a posterior instalação de vilas coloniais. No início do século XVII, existiam na região os aldeamentos jesuíticos de Nossa Senhora da Escada (Guararema) e de São José (S. José dos Campos) (ver MARCHIORO, 2006). O povoado criado em 1640, onde hoje se localiza a cidade de Taubaté, foi o primeiro a ser elevado a vila, em dezembro de 1645 (COSTA, 2005, pp. 38-39).

¹⁰ Aqui, os trabalhos de Afonso de Taunay (1975) e, principalmente, de Sergio Buarque de Holanda (1949; 1994) são fundamentais. Ver, ainda, Monteiro (1994).

¹¹ As análises das mudanças culturais feitas por Rogério Lopes são baseadas em longo período de pesquisas na região, e suas reflexões críticas sobre as interferências do processo de industrialização na cultura tradicional local são importantes para nosso estudo. Segundo o autor, estaria ocorrendo uma cisão entre as esferas públicas e privadas da vida social, resultante do processo de racionalização que atingiu a região especialmente a partir de 1960 (ver LOPES, 2006). Ele não cita esse exemplo, mas, se pensarmos que a Festa de São Benedito, da cidade de Aparecida, que é hoje o maior encontro de congadas e moçambiques do vale do Paraíba, ocorre num município que não possui mais nenhum folguedo folclórico desse tipo, será possível ter uma idéia da lógica que instaura as políticas públicas de cultura e de turismo na região.

a ela associado. Esse fato tem um significado especial para uma região em que assumir a cultura caipira, até muito recentemente, era raro. São essenciais alguns comentários sobre os motivos por que essa cultura permaneceu na penumbra até pouco tempo atrás. Para falar o que é a negação do caipira, é necessário conceitualizar sua cultura e, aí, sim, o processo de sua estigmatização.

Tomamos cultura caipira como uma variante próxima à cultura rústica, no sentido desenvolvido por Cândido (2003, p. 23-28), que relaciona a rusticidade ao universo das culturas tradicionais do homem do campo¹². Apesar do relativo isolamento dos grupos rurais, há uma dinâmica de incorporação e reinterpretação de traços presentes no contínuo rural-urbano que localiza a cultura rústica no “[...] mesmo sistema fundamental de valores [...] da gente da cidade”. O autor lembra que, para o Brasil, rústico pode ser traduzido por caboclo, e que este, por sua vez, é mais bem empregado para designar “[...]o mestiço próximo ou remoto de branco e índio [mameluco] que em São Paulo forma talvez a maioria da população tradicional”. Antônio Cândido reserva o termo “caipira” para designar os aspectos culturais dessa gente, principalmente por não possuir o outro sentido presente em caboclo, que é o de expressão de um tipo racial (ver CÂNDIDO, 2003, pp. 26-28; 45-115).

Por outro lado, “caipira” sempre foi uma maneira de ver e nomear o outro e, até recentemente, para nomear o outro de forma pejorativa. No estado de São Paulo, desde o século XIX esse termo tem sido utilizado, quase geralmente, para identificar o sujeito que representa o oposto do homem citadino, urbano, e também o oposto do fazendeiro rico do interior, o latifundiário próspero das monoculturas de exportação¹³. O camponês pobre do estado de São Paulo, o caboclo

¹² Essa cultura resultou da adaptação do português na América, por meio de transferências e/ou modificações, em virtude do contato com os nativos.

¹³ Do mundo urbano e do latifúndio surgiram nossos primeiros intelectuais e literatos. A partir de suas visões, o caipira foi descrito. Foi por isso que os caipiras foram caracterizados pela falta e pelo que os homens ricos da cidade e do campo tinham medo de ser: pouco inteligentes e lerdos. Essas características nunca estiveram nos caipiras, em si, mas foram neles projetadas por seus contemporâneos (BRANDÃO, 1983, p. 23). O café provocou um grande e abrupto salto no enriquecimento de São Paulo e gerou uma busca de modernização, por parte da elite, que se caracterizou, entre outras coisas, pela negação de seu passado pobre e rural. A estigmatização do caipira liga-se a esse projeto de modernização da burguesia cafeeiro-industrial do Estado, sobretudo a partir da passagem do século XIX para o XX (BRANDÃO, 1983).

que produziu a cultura caipira, era simbolicamente o grupo mais distante do senhor de terras e dos homens da cidade¹⁴.

Revisitando a imagem do caipira, a partir dessas considerações, podemos dizer que foi e é a sua marginalidade imposta que constituiu e constitui o seu modo de vida singular. Cabe lembrar, ainda, que esse modo de vida não é único, dentro do universo caipira. Existe uma diversidade determinada pela posição do sujeito no interior das relações sociais e econômicas do sistema agrário, ou seja, a posse da terra, o tamanho dessa posse e sua garantia interferem em seu modo de vida.

O estigma sintetizado nas figuras dos mais diferentes Jecas Tatus que ganharam vida na produção cultural brasileira, só recentemente vem sendo revisto regionalmente. Essa revisão é fruto do processo cultural e econômico que se inicia no final dos anos 80 do século XIX e avança pelos anos 90 do século XX, mas que atinge o vale do Paraíba de modo significativo somente no princípio do presente século. Tal processo pode ser definido sinteticamente como a associação da retomada de tradições locais em decorrência dos interesses da indústria do entretenimento, mais especificamente, a do turismo¹⁵.

Esse processo de promoção do pluralismo cultural por meio das culturas locais e regionais é global. Ele é identificado por vários estudiosos¹⁶ e incentivado pela UNESCO, principalmente desde o final dos anos 90 do século XX, com a preparação do "Relatório da Comissão

¹⁴ Nem o índio "catequizado" nem o negro "civilizado" eram mais distantes da civilização do que o caipira – que era participante da cultura civilizadora, todavia considerado como o seu lado totalmente destituído, um trabalhador da terra "sem terra" (BRANDÃO, 1983, 21).

¹⁵ Comentando uma prática instituída segundo esse processo, o maior jornal da região (*Valeparaibano*) anuncia: "Jeca Tatu que se cuide, pois está prestes a perder seu posto máximo de símbolo caipira. Isso porque nove municípios da região se reuniram para explorar suas atrações turísticas e provar que a cultura do interior é mais rica do que se pode imaginar" (ASSIS, 10 set. 2006).

¹⁶ A valorização da cultura como meio de desenvolver populações locais está diretamente vinculada à defesa da diversidade cultural no contexto "globalizado". Nesse sentido, cabe verificar que, na França (cuja originalidade da política pública de cultura tem servido de referencial para vários países do mundo, inclusive o Brasil), a partir do final da década de 1980, a ação do Ministério da Cultura centra-se em dois pontos. Por um lado, volta-se para a promoção do multiculturalismo, e, por outro lado, atua na defesa da "exceção francesa", segundo a qual os bens e serviços culturais não podem ser tratados como mercadorias (POIRRIER, 2001). Para um panorama mais geral sobre diversidade cultural, identidade regional e globalização, ver a coletânea organizada por Brant (2005).

Mundial de Cultura e Desenvolvimento", que propaga o uso da cultura como fator de desenvolvimento para as comunidades¹⁷.

A novidade da atual valorização da cultura local está exatamente na sua associação com as necessidades de consumo capitalista. A partir da crise do sistema capitalista do último quartel do século XX, o turismo cultural passa a ser importante para cada cidade ou região: "É neste contexto econômico-social que cada região passa a valorizar seus recursos naturais, sua produção cultural, especialmente folclórica e artesanal, sua identidade coletiva" como um diferencial turístico (MIRA, 2001, p. 4).

A cultura popular tradicional, o folclore e a cultura local surgem, no contexto de globalização da economia e da cultura, como capitais culturais no mercado internacional de bens simbólicos, ou seja, estão associados às práticas de consumo do lazer e do entretenimento da sociedade de massa contemporânea. Esse contexto modifica a experiência da região; para os atores locais, ocorre um deslocamento da questão que implica a adoção de um novo sentido para o termo cultura. Tal termo assume incisivamente o sentido de produto acabado, de mercadoria a ser disposta segundo as necessidades das demandas da indústria turística¹⁸.

Um breve debate: concessão-conquista/demanda-outorgamento

A discussão apresentada por Pastorini (1997; 2004) mostra a contradição existente na contemporaneidade, entre as perspectivas "tradicionais" e "progressistas", na constituição das políticas públicas. A perspectiva tradicional, segundo a autora, define-se pela busca da

¹⁷ Nesse Relatório, altera-se o campo de debate sobre o que é ou não cultura. Deixa-se de lado a questão de hierarquias na produção cultural, se alta ou baixa cultura, e se ela seria um fim em si, separada da economia política ou a essa subordinada. Esse documento é considerado um divisor de águas das idéias e dos projetos apoiados pela UNESCO (CUELLAR, 1997).

¹⁸ De fato, essa tem sido a tônica dos gestores públicos de cultura da região estudada, como podemos ver nos seguintes registros: "A gente tem uma identidade próxima com a cultura caipira e nossa região mantém muito forte essa questão da cultura religiosa. Podemos aliar isso ao turismo trazendo o turista para conhecer essa outra realidade" (ASSOCIAÇÕES, 30 jul. 2006). "Estamos criando um produto para a cidade e que estimule a geração de empregos e a padronização de informações. [...] As coisas tem que ser formatadas. Por isso, também estamos fazendo um trabalho de conscientização das pessoas [moradoras da zona rural] para adequar seus produtos" (PEDROSO, 30 jul. 2006). Para o entendimento das culturas populares inseridas no capitalismo da América Latina, além dos trabalhos de Ortiz (1996, 2003), ressaltam-se as análises de Canclini (1987) e também suas discussões sobre hibridismo em sociedades capitalistas periféricas (1983; 1997).

diminuição das desigualdades sociais como forma de correção dos efeitos negativos da acumulação capitalista, e apresenta como finalidade a redistribuição. Sua tese tem como referência os trabalhos desenvolvidos por Marshall, sobre as formas de atuação do Estado (PASTORINI, 1997, p. 82-83), o que leva à crença de que o aparelho estatal reverteria essas desigualdades.

Esse debate se refere à chamada concessão e reforça a idéia da redistribuição dos recursos, e não da distribuição deles como forma de denúncia à perspectiva naturalizante dessa proposta, qual seja: considerar que as distorções do sistema capitalista são estruturais.

Por mais que existam avanços, devido às críticas históricas, considera-se que essa forma de entendimento orienta, tanto um modo de atuação do Estado, quanto a relação que os indivíduos, comunidades e sujeitos socioculturais estabelecem com o ele¹⁹. Dessa maneira, entender esse processo é compreender os determinantes na formação de políticas de identidade, analisado, aqui, na perspectiva do materialismo histórico-dialético.

Como complemento ao debate sobre as perspectivas tradicionais, e estabelecendo uma crítica, entendida como identificação de limites, vê-se, em Pastorini (1997, p. 86), a recolocação da discussão, no argumento abaixo:

[...] existe não uma relação bipolar, mas sim múltipla, e que envolve ao menos três sujeitos protagônicos: as classes hegemônicas, o Estado intermediador e hegemoneizado pelas classes dominantes e as classes trabalhadoras e subalternas como beneficiários das políticas sociais.

A reflexão da autora adquire relevância para o entendimento da realidade, quando estabelece diálogo com autores marxistas que trabalham com a idéia de concessão-conquista. Nesse contexto,

[...] as políticas sociais, além de constituírem um instrumento redistributivo, ao mesmo tempo, e principalmente, cumprem outras funções: políticas e econômicas – esta última não restrita exclusivamente aos elementos redistributivo e de prestação de assistência e serviços, como aparece na perspectiva já analisada (PASTORINI, 1997, p. 86).

¹⁹ A este respeito, ver o relato da experiência da secretaria municipal da cidade de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina, registrado e analisado por Marilena Chauí (1995).

Sobre essa questão, a autora destaca que os avanços centram-se “em dois elementos vertebrais: em primeiro lugar, se incorpora a perspectiva da totalidade nas análises das políticas sociais e, em segundo lugar, incorpora-se a estas pesquisas a centralidade e relevância da luta de classes” (PASTORINI, 1997, p. 87).

A proposta metodológica aqui em elaboração não vai tomar a luta de classes como elemento central, porque privilegia as demandas e outorgamentos. Isso não significa que se ignora a existência da luta de classes; porém, entende-se que a atual diluição das relações de classe em diferentes elementos torna sua abordagem muito mais complexa, extrapolando, pois, os limites deste trabalho.

Contudo, quanto à totalidade, a proposta deste texto incorpora-se às dimensões políticas e econômicas, entendidas como elementos a serem apreendidos no processo de constituição histórica do vale do Paraíba. Aqui, há de se considerar que essa totalidade deve conter o debate sobre a cultura na formação das políticas sociais. Isso porque as características dos municípios remetem à necessidade de apreender historicamente como são desencadeados os condicionamentos sócio-históricos mediadores da formação local. Em outras palavras: para analisar essas particularidades consideram-se as relações entre local, nacional e global (cf. ORTIZ, 1996). Tem-se, como objetivo, identificar como as políticas de identidade visam deslocar suas ações para o reconhecimento das características locais e nacionais e como a internacionalização da economia e da cultura podem apresentar à experiência cultural novos condicionamentos e mediações.

As considerações acima ressaltam a importância de se discutir as relações entre concessão-conquista e demanda-outorgamento, visto que Pastorini destaca que o primeiro par conceitual, ao mesmo tempo em que representa um avanço no trato das políticas sociais, traz em seu interior alguns limites. Há dificuldade em definir concessão-conquista como conceitos excludentes, e não como um par dialético: a idéia de concessão faz “referência ao fato de uma pessoa dar, doar ou outorgar algo a outra pela própria vontade”, já a conquista “significa tomar alguma coisa pela força, não necessariamente física nem bélica, mas intelectual, moral, política, econômica, cultural etc.” (PASTORINI, 1997, pp. 92-93).

A essa crítica se junta outra, referente ao fato de que a “[...] perspectiva marxista incorpora às análises das políticas sociais um elemento substancial: a relação entre sujeitos, entre atores protagonistas” (PASTORINI, 1997, p. 96). O problema apresentado é a constituição de um antagonismo que, na contemporaneidade, não se

resolve em decorrência da presença de outros atores na formação das relações sociais.

Por exemplo, no quadro da cultura local, observa-se a presença de interesses conflitantes: de um lado, agentes públicos que tentam criar um projeto de cultura caipira que atenda à demanda do entretenimento turístico; de outro, protagonistas que, preocupados com a manutenção da tradição, a pretensa autenticidade das práticas culturais caipiras, problematizam a pretendida espetacularização da cultura.

Na busca de superar esses conflitos, identifica-se, na formulação de Pastorini (1997, p. 97-98), que:

[...] é necessário desenvolver uma caracterização das políticas sociais, que, além de fazer alusão a uma relação entre sujeitos, faça referência a um processo mais amplo e em movimento, onde os diferentes atores envolvidos encontram-se relacionados tensa e/ou conflitivamente e movidos por interesses contraditórios. Esse processo pode ser sintetizado da seguinte forma: Demanda-Luta-Negociação-Outorgamento.

A proposta da autora envolve a produção de demandas de diferentes setores representativos da sociedade. Objetiva a organização reivindicatória, a possibilidade de negociação para a constituição de outorgamentos e a conseqüente inserção social dos diferentes segmentos envolvidos. Há de se destacar que esse processo não é linear, podendo, por exemplo, o próprio Estado se antecipar no reconhecimento das demandas.

Como mostra Pastorini (1997, p. 98):

[...] partindo do processo previamente analisado, pensamos ser mais útil e fácil o emprego da categoria demanda-outorgamento. Obviamente, incorporando nela as contribuições que fez a perspectiva marxista clássica de luta de classes, que nessa nova categorização refere-se a uma relação processual (e não uma relação unilinear) entre sujeitos ou grupos sociais, uns que pressionam e demandam, outros que outorgam e integram.

A análise de Pastorini (1997) possibilita o reconhecimento de que, na realidade social, existe a presença de outros atores sociais que não sejam necessariamente os vinculados às classes sociais, ampliando-se, assim, as formas de apreensão do objeto de investigação.

A constatação de que nos municípios do vale do Paraíba estão presentes atores sociais que demandam diferentes modos de

participação no espaço público permite entender a totalidade social como um movimento, conforme a formulação de Pastorini (1997, p.87): “[...] só poderemos capturar a complexidade de um fenômeno social se compreendermos os seus vínculos com a economia e a política; sem descuidar nem de uma nem de outra dimensão da totalidade social”.

As reflexões de Alejandra Pastorini (1997) permitem uma aproximação, pelo princípio da analogia, às questões discutidas por Jovchelovitch (2000), quanto às representações sociais e a esfera pública no Brasil. A autora aponta que o entendimento da política brasileira se faz pela apreensão do conjunto das representações sociais produzidas na esfera pública. O debate sobre demanda-outorgamento também permite entender esse processo, mas de modo ampliado, em virtude da necessidade de compreender as políticas de identidade historicamente constituídas, assim como a formação da identidade cultural. A proposta de Jovchelovitch (2000) contempla a categoria representação social como forma de apreensão das representações da população sobre a esfera pública.

O que se propõe é um modelo de análise que contemple como categorias a identidade cultural e as políticas de identidade. Não se trata de trabalhar com a representação de uma categoria sobre a outra, mas, sim, como sugere Pastorini, na análise sobre demanda-outorgamento, de apresentar outro *status* – o de ator social – a esses sujeitos. Esse processo permitirá a constituição da identidade cultural na relação dialética com a formação de políticas identitárias.

Os pressupostos dessa proposta metodológica estão em torno da compreensão de como os vários atores envolvidos na investigação pensam e agem em seus cotidianos. Isso porque a efetivação de projetos de políticas públicas só terá sentido no momento em que os atores sociais entenderem essas políticas como possibilidades de superação dos determinantes históricos na formação de seus cotidianos.

Nessa perspectiva, propõe-se que as investigações sobre políticas públicas elaborem a relação entre demanda e outorgamento como base central das análises. Esse *a priori* é considerado na medida em que a caracterização da região traga consigo a identificação de demandas produzidas historicamente no cotidiano, sendo definidoras dos caminhos a serem seguidos na apreensão da realidade.

Pesquisa-ação: uma metodologia participante

A organização de um projeto de pesquisa que contemple o referencial acima proposto necessita da adoção de uma metodologia

participativa, do tipo pesquisa-ação, isto é, uma metodologia que “[...] capta os atores, implicando-os na construção do projeto e no seu desenrolar” (THIOLLENT, 2000, p. 23). Não se trata de identificar fontes para possíveis coletas de dados e transformar os atores sociais em meros receptores, mas, sim, de detectar atores atuando dentro de um processo coletivo que transcende um diagnóstico de identificação de problemas, definindo demandas e as formulações para tais problemas (os prováveis outorgamentos). Nos termos do autor:

[...] a pesquisa-ação é definida como um tipo de pesquisa organizada de modo participativo, com a colaboração de pesquisadores e membros ou grupos implicados em determinada situação ou prática social, de modo a identificar os problemas, buscar soluções e implementar possíveis ações coletivamente deliberadas (THIOLLENT, 2000, p. 23).

Esse tipo de metodologia, segundo o autor, implica um acordo de colaboração entre a equipe de pesquisadores e os membros de uma instituição ou de um movimento social. Um tipo de contrato, no qual são estabelecidos os objetivos do projeto, os modos de organização e apoio. Cabe acrescentar que essa metodologia é aqui pensada numa perspectiva sócio-histórica, na qual o trabalho de pesquisa se constitui num encontro de muitas vozes que se apresentam e disputam diferentes realidades cotidianas (FREITAS, 2003, p. 33).

Com base nas postulações de Thiollent (2000) e nas propostas e experiências de Le Boterf (1999)²⁰, propõe-se que na pesquisa sobre políticas públicas de cultura seja fundamental o estabelecimento de parceria e a participação (em todas as etapas da pesquisa) dos membros das agências públicas municipais, assim como dos representantes de grupos culturais dos municípios.

Para a montagem metodológica da pesquisa participante, pressupõem-se, com fundamentação em Le Boterf (1999), as seguintes tarefas: 1. Discussão do projeto de pesquisa com os atores sociais; 2. Definição do quadro teórico da pesquisa participante: objetivos, conceitos, hipóteses e métodos; 3. Delimitação da região a ser estudada; 4. Organização da pesquisa: definição de grupos a serem associados ao processo, distribuição de tarefas, procedimentos e socialização das decisões; e, 5. Seleção e treinamento das equipes de pesquisadores.

²⁰ Guy Le Boterf foi educador na África. Realizou trabalhos de consultoria para a OCDE e para a UNESCO. Foi, durante três anos, especialista da UNESCO na América Central.

Uma pesquisa participante do tipo pesquisa-ação implica identificação da estrutura social da população envolvida, com o objetivo de, posteriormente, “[...] diferenciar as necessidades e os problemas da população estudada segundo as categorias ou classes sociais que a compõem”. E também com o objetivo de “[...] selecionar a população para a qual e com a qual se deseja intervir” (LE BOTERF, 1999, p. 54). Acrescenta-se, aqui, a importância de elaborar, também, uma investigação “estruturada”, para levantamento de dados socioeconômicos, tecnológicos e de infra-estrutura do município.

Na seqüência, afirma o autor, é fundamental, mediante um método qualitativo, captar a vida cotidiana dos pesquisados, isto é, perceber o ponto de vista dos indivíduos ou grupos sociais acerca das situações que vivenciam, suas percepções e interpretações sobre essas situações, seus sistemas de valores, seus problemas, dificuldades e preocupações. É importante, ainda, compreender suas histórias e memórias individuais e coletivas sobre as dificuldades, realizações e conflitos. A análise qualitativa tem aqui a finalidade de apreender as estratégias da população diante das situações vividas, as oportunidades que lhes são disponibilizadas, o tipo de enfrentamento que realizam e o que pensam sobre isso.

O referido modelo de pesquisa requer que as estratégias para identificação e análise, acima mencionadas, ocorram em grupos de estudo e reflexão com a população pesquisada. É indispensável que as análises, tanto do levantamento de dados socioeconômicos, tecnológicos e infra-estruturais, como dos grupos de reflexão, sejam devolvidas, já sistematizadas, à população envolvida no processo, para questionamento, complementação e aprovação. Esse procedimento possibilita aos participantes um conhecimento mais objetivo de sua situação individual e coletiva, assim como a seleção das prioridades, para possíveis outorgamentos.

Outra finalidade almejada, nesse momento da pesquisa, é conhecer a reação da população ao *feedback* dos resultados da avaliação. Assim, reúne-se conhecimento para elaboração da próxima etapa da pesquisa: a análise crítica dos problemas enfrentados. Para Le Boterf (1999, p. 63), “[...] o objetivo das atividades de análise crítica é o de promover, nos grupos de estudo, um conhecimento mais objetivo dos problemas e da realidade. Deve-se partir dos fenômenos para buscar o essencial, além das aparências e das relações cotidianas imediatas”.

A esse conjunto de atividades acresce-se a elaboração de propostas e encaminhamentos junto aos grupos, para superação das

questões levantadas, com a finalidade de produzir orientações que sustentem uma proposta de implementação nas políticas públicas culturais e educacionais do município.

Considerações finais

No decorrer do texto, buscou-se demarcar estratégias para trabalhos com metodologias participativas que permitam, aos atores sociais envolvidos, o compromisso comum de desenvolvimento de projetos e de produção de conhecimentos de modo horizontal. Essas ações possibilitam maior efetividade nas soluções das demandas detectadas, na qual a população coletivamente configura suas necessidades e estabelece as formas de solucioná-las. Saliente-se que a condução, coordenação, aplicação e análise dos encaminhamentos também competem à população.

Como as reflexões realizadas neste texto são referentes à cultura local, a qual se convencionou chamar de cultura caipira, cabe enfatizar que essa cultura não foi "criada" pelo isolamento; é o resultado das relações de poder contidas na hibridização da cultura ibérica, ameríndia e africana – com todas as suas sortes de diversidades "originárias". Ela se constituiu historicamente, também, pelo relativo isolamento – ou melhor, pelo pretense isolamento forçado por parte da classe dominante –, mas esse isolamento é apenas relativo. A sociedade caipira rural sempre interagiu com o mundo urbano e outras formações socioculturais. Por isso, é incoerente pensar a manutenção da cultura caipira, hoje, *contra* a existência da cultura de massas (rádio, TV, internet, turismo, mercado etc.) (cf. CANCLINI, 1983, 1987 e 1997). Devem-se construir, junto com as comunidades envolvidas, estratégias de apropriação e usos relevantes dessas tecnologias de comunicação, para fortalecimento do auto-reconhecimento e da autoprodução cultural. Tais usos devem privilegiar, não o enquistamento identitário, mas a valorização da diversidade cultural, proporcionando, desse modo, tanto a produção, quanto a fruição de manifestações culturais presentes na realidade, seja pelo fato de serem locais ou globais. Em outras palavras, o procedimento adequado de valorizar e “intensificar” a cultura caipira local significa incluir a questão da diversidade cultural nas políticas públicas de cultura e educação.

As iniciativas "culturais" são estratégias educacionais para harmonizar os interesses dos jovens (por tecnologia, por exemplo) com a vida dos mais velhos, seus saberes e valores e a memória coletiva. Isso pode caracterizar a existência de uma comunidade caipira que

garanta sua inserção na sociedade contemporânea de forma democrática.

Reafirma-se, no argumento deste texto, que o processo de demanda-outorgamento na elaboração de políticas públicas emancipatórias, como a que se propõe, envolve a produção de demandas de diferentes setores representativos da sociedade. Tal processo objetiva a organização reivindicatória e a possibilidade de negociação para constituição de outorgamentos e conseqüente inserção social.

Assim, pensar demanda-outorgamento, nos termos deste texto, requer incluir o ponto de vista daqueles que produzem a cultura. As ações teórico-metodológicas que sustentam políticas públicas devem permitir a participação do sujeito, valorizar a cultura do lugar e criar relações de autonomia. Essa perspectiva considera que “[...] cada projeto deva estar atento às determinações históricas (políticas, socioculturais e econômicas) e subjetivas (insegurança, medo, desejos, anseios), presentes na realidade de cada lócus de intervenção” (VVAA, 2003, p. 19).

Propostas desta natureza ganham relevância quando se apresentam como possibilidade de rompimento com modelos tradicionais e determinantes que centralizam o conhecimento em verdades particulares e absolutas. Sinalizam uma tentativa de rompimento com as estruturas autoritárias e podem consolidar movimentos participativos que fomentem a autonomia dos sujeitos e dos espaços sociais.

Enfim, o debate aqui posto pretende contribuir com o desafio de seguir trilhando caminhos para implementação de políticas públicas culturais e educacionais em que o cidadão se constitua como sujeito da ação, isto é, adquira a condição de cidadão.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, vol.7, no.2, p.7-33, out., 2001.

ALVES, C. Pescatore. “Eu nunca vou parar de buscar nada”. Emancipação frente à colonização: políticas de identidade na adolescência. São Paulo, PUC-SP, 1997. (Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, 1997).

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARTH, Frederick. *Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference*. Bergen-Olso, Univ. Forlaget, 1969.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os Caipiras de São Paulo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

BRANT, Leonardo (org.). *Diversidade Cultural: Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas*. São Paulo: Escrituras – Instituto Pensarte, 2005.

CAIADO, Aurílio S. Costa. O espaço da cultura: guia cultural do Estado de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 15, n. 2, p. 55-65, 2001.

CANCLINI, Nestor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANCLINI, Nestor Garcia. Ni folklórico ni massivo: ¿que es lo popular? *Revista Día-logos (de la comunicación)*, n. 17, p. 4-11, jun-1987.

CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 10 ed. São Paulo: Duas Cidades – Ed. 34, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CEVASCO, Ma. Elisa. *Para Ler Raymond Williams*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CHAU, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, vol. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.

CIAMPA, Antonio da Costa. Políticas de identidade e identidades políticas. In: DUNKER, C.I.L.; PASSOS, M.C. *Uma psicologia que se interroga: ensaios*. São Paulo: Edicon, 2002.

COSTA, Silvio Luiz da. *Taubaté: o local e o global na construção do desenvolvimento*. Taubaté: Cabral Ed., 2005.

CUÉLLAR, J. Perez de. *Nossa diversidade criadora: relatório da comissão mundial de cultura e desenvolvimento*. Brasília: UNESCO, 1997.

CUNHA, Manuela C. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FREITAS, M. Teresa. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, M. T.; JOBIM E SOUZA, S.; KRAMER, S. (orgs.). *Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Índios e mamelucos na expansão paulista. In: *Anais do Museu Paulista*, vol. 13, 1949 (separata).

HOLANDA, Sérgio Buarque; MAIA, Tom. *Vale do Paraíba: velhas fazendas*. São Paulo: Edusp, 1975.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1985.

IBGE. Síntese estatística de população e domicílios e Finanças públicas de Cidades brasileiras. Brasília, 2006(?) Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadessat>>. Acessado em: 22 set. 2006.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LE BOTERF, Guy. Pesquisa participante: Propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos R. *Repensando a Pesquisa Participante*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 51-81.

LOPES, José Rogério. Industrialização e mudanças culturais no Vale do Paraíba, SP. In: CHAMON, E. M. Q. de O.; SOUSA, C. M. de. (orgs.). *Estudos interdisciplinares em Ciências Sociais*. Taubaté: Cabral, 2006, p. 193-218.

MARCHIORO, Marcio. Censos de índios na capitania de São Paulo (1798-1803). *Paper no GT – Saberes coloniais sobre indígenas em exame. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Goiânia, jun. 2006. CD-ROM.

MIRA, M. Celeste. *As festas populares no Brasil contemporâneo: matrizes culturais européias na mundialização*. Projeto de pesquisa. São Paulo, PUC-SP, 2001. (digitado).

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1996.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Cortez, 2004.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 18º, n. 53, p.80-101, mar-1997.

POIRRIER, Philippe. O Estado e a política cultural. [s.l.], dez. 2001. Disponível em: <<http://www.ambafrance.org.br/abr/imagesdelafrance/cultural.htm>>. Acessado em 24.06.2006.

RICCI, Fabio. *Origem e desenvolvimento da indústria têxtil no vale do Paraíba paulista no Período da República Velha*. São Paulo, 2002. (Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo, USP, 2002).

RODRIGUES, Ivete Oliveira; SANTOS, Josinaldo dos; OLIVEIRA, Tereza Ma. Ramos de. *Médio Vale do Paraíba do Sul: Estado, políticas públicas e organização do espaço – 1930-1980*. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 54, n. 2, p. 57-82, out./dez. 1992.

TAUNAY, Afonso d’Escragno. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

THIOLLENT, Michel. A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária. In: THIOLLENT, M.; ARAUJO FILHO, T.; SOARES, R. L. S. (orgs). *Metodologia e experiências em projetos de extensão*. Niterói, EdUFF, 2000, p. 19-28.

VVAA (SILVA, A. C. B.; GOULART, B. D.; PIMENTA, C. A. M.; SANTOS, M. T.; RESCHILIAN, P. R.; SOUZA, R. T.) “A Extensão Universitária e as Bases Metodológicas da Ação Interdisciplinar”. In: *Revista de Extensão Universitária*. Taubaté, SP, UNITAU-PREX, ano I, n.1, 2003, pp. 11-28. ISSN 1679-4087.

Jornal Valeparaibano:

ASSIS, Francisco de. Na rota dos caipiras. *Valeparaibano*, 10 set. 2006. Caderno Vale Viver. Disponível em <<http://jornal.valeparaibano.com.br/2006/09/10/viv01/acaipir1.html>>. Acessado em 22 set. 2006.

ASSOCIAÇÕES e moradores aprovam iniciativa. *Valeparaibano*, 30 jul. 2006. Caderno região. Disponível em <<http://jornal.valeparaibano.com.br/2006/07/30/tau/capela2.html>>. Acessado em 22 set. 2006.

PEDROSO, M. Taubaté cria roteiro turístico de capelas. *Valeparaibano*, 30 jul. 2006. Caderno Região. Disponível em <<http://jornal.valeparaibano.com.br/2006/07/30/tau/capela1.html>>. Acessado em 22 set. 2006.